



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005477-50.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Anulação de Débito Fiscal**  
 Requerente: **Rosildo Simão da Silva**  
 Requerido: **Prefeitura Municipal de São Carlos**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de **Ação Declaratória**, proposta por **ROSILDO SIMÃO DOS SANTOS**, contra o **Município de São Carlos**, visando à nulidade do lançamento de IPTU, bem como devolução de parcelas pagas, sob o fundamento de que houve correção da metragem de seu imóvel, que caiu de 250 para 120 metros quadrados, o que implicaria redução do tributo. Contudo, não obteve êxito em seu pedido administrativo, para todo o período, mas apenas para 2013, sendo certo que o requerido majorou indevidamente a base de cálculo, pela aplicação de planta genérica de valores aprovada por decreto.

Citado, o Município de São Carlos apresentou contestação às fls. 50/55. Aduz, preliminarmente, a ocorrência de prescrição. Sustenta, ainda, que o lançamento foi feito com base na documentação trazida pelo próprio autor, que registrava uma área de 250 metros quadrados, sendo que a comprovação de que a área era menor ocorreu somente em 2013, ocasião em que se fez a alteração do cadastro.

Réplica às fls. 78.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

Inicialmente, é o caso de se reconhecer, em parte, a prescrição. Isso porque o prazo prescricional para o ajuizamento de ação declaratória ou desconstitutiva por parte do devedor é de cinco anos, a contar da notificação do lançamento, conforme entendimento jurisprudencial do STJ, com fundamento no artigo 1º do Decreto 20.910/32.

Eis a ementa:

**PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. IPTU. TIP E TCLLP. AÇÃO ANULATÓRIA DE LANÇAMENTO. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO. DECRETO 20.910/32. 1. O ajuizamento de execução fiscal não obsta a propositura de ação declaratória ou desconstitutiva por parte do devedor, o qual pode exercer seu direito constitucional de ação para que se declare a nulidade do título ou inexistência da obrigação. 2. O prazo prescricional adotado na ação declaratória de nulidade de lançamentos tributários é quinquenal, consoante disposto no art. 1º do Decreto 20.910/32, contado a partir da notificação fiscal do ato administrativo do lançamento. Precedentes. 3. Recurso especial conhecido em parte e provido nesta parte. (STJ - REsp: 1153895 RJ 2009/0164805-2, Relator: Ministro CASTRO MEIRA, Data de Julgamento: 22/03/2011, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 04/04/2011, undefined)**

No caso dos autos, o autor questiona os lançamentos ocorridos no período de 2005



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**

a 2012.

Como a ação foi proposta em 03/07/14, estão prescritos os lançamentos dos anos de 2005 a 2008.

Quanto ao erro na metragem, foi admitido pelo próprio Município, que, inclusive, já efetuou a correção no cadastro, a partir de 2013.

Assim, não importa que não tenha havido, no momento antecedente ao pagamento, respeitado o prazo prescricional, a devida impugnação pelo contribuinte, pois a metragem diz respeito à própria base de cálculo do tributo. Em sendo caso de lançamento de ofício e, não havendo demonstração de descumprimento, pelo contribuinte, de obrigações acessórias, há que se considerar a natureza vinculada do ato de lançamento, que não pode ignorar a situação fática do imóvel, sendo de rigor a correção dos lançamentos.

O Poder Público busca eximir-se da devolução dos valores recolhidos a maior, em razão do estatuído em sua legislação. Contudo, o lançamento tributário é ato plenamente vinculado o que impõe sua exata correspondência com todos os elementos que integram o fato gerador e a solução prevista para o pagamento indevido é a restituição do indébito, conforme estabelecida no Código Tributário Nacional.

Ante o exposto, reconheço à prescrição em relação aos lançamentos efetuados no período de 2005 a 2008, declaro nulos os lançamentos efetuados no período de 2009 a 2012 e determino que o requerido proceda à sua correção, restituindo ao autor os valores correspondentes à diferença apurada, corrigidos desde o desembolso, com juros legais desde a citação, observando-se a Lei 11.960/09.

A devolução, conforme requerido na inicial, poderá ser feita mediante isenções futuras de IPTUs.

Tendo havido sucumbência recíproca, cada parte arcará com os honorários de seus respectivos patronos.

**P R I**

São Carlos, 30 de janeiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**